

**TEXTOS PARA COLOCAR NA
BIBLIOTECA VIRTUAL**

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO FISCAL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O projeto pedagógico vem tomando corpo no discurso oficial das instituições de ensino, com destaque na legislação educacional (LDBEN nº 9.394/96, artigo 12, inciso I). Baffi (2002) afirma que vivemos na época da “cultura do projeto”, da qual a atitude intencional e sistemática de solucionar problemas e construir conhecimento é a principal característica. Entendemos, portanto, que o projeto pedagógico é um instrumento possível de ação e transformação da realidade.

É essencial considerar a realidade da comunidade local e as reais condições da escola, bem como as ca
alternativas colet

O Projeto
Pedagógico (PP
escola.

Para ser efetivo e factível, deve ser construído e vivenciado por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Representa uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente, que se relaciona em duas dimensões: a **política**, porque articula o compromisso sociopolítico aos interesses da comunidade e a **pedagógica**, pois reside na possibilidade de se efetivar a ação educativa que norteará a formação do cidadão.

Ambas as dimensões relacionam-se e determinam-se mutuamente. Nesse sentido, a construção do PPP é um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. Esse debate, promovido pelo encontro coletivo dos profissionais com a comunidade, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar em busca de garantir a cada integrante o exercício da cidadania.

Esse projeto perpassa por dois níveis de ação: a escola como um todo e a sala de aula (compreendida para além dos muros da escola), como um amplo espaço de ação social.

Para construir o seu PPP, a escola deve exercitar o trabalho coletivo e ter autonomia de definir seus interesses e estratégias de ação educacional, ou seja, basear-se em referenciais conceituais e estar comprometida em solucionar problemas educativos e de ensino.

A abordagem do PPP fundamenta-se em alguns princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita: “igualdade” de condições para acesso e permanência na escola; “qualidade” de ensino para todos; “gestão democrática” que inclui a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas; “autonomia” de atuação; e a “valorização do magistério” que objetiva a formação inicial, a formação continuada, melhores condições de trabalho e remuneração decente.

Portanto, o PPP deve ser marcado por algumas características:

- a) deve ser discutido e definido pelo maior número possível de pessoas envolvidas na escola, tanto profissionais como comunidade;
- b) deve exprimir os objetivos, finalidades, estratégias de ensino, temas priorizados, cronograma e responsabilidades pelas atividades propostas e prever um processo avaliativo dele mesmo como resultado do pensar coletivo da escola;
- c) deve ser avaliado e reformulado sistematicamente, quando isso se fizer necessário.

Para a Educação Fiscal, o PPP do estabelecimento de ensino representa uma importante estratégia de inserção na escola, uma vez que configura uma possibilidade de gestão compartilhada e assumida por todos nela envolvidos, pois favorece a compreensão do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, e sua assunção pela escola como um tema norteador de suas ações.

EDUCAÇÃO FISCAL E CURRÍCULO: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL

Atualmente, espera-se das escolas práticas educacionais comprometidas com a construção da cidadania e que, conforme as leis que orientam a educação em nosso país, possibilitem ao indivíduo conhecer e intervir em sua realidade socioeconômica, política, cultural e ambiental. O ensino, na contemporaneidade, deve se caracterizar menos pela transmissão de informações e mais pela formação de atitudes e valores necessários à vida humana.

Nessa perspectiva, insere-se a Educação Fiscal, uma prática educacional relativamente nova, que trata das relações Estado e sociedade no que diz respeito principalmente à alocação, gestão e aplicação dos recursos públicos, com ênfase na função socioeconômica dos tributos e voltada para a compreensão da cidadania como participação social e política e de exercício de direitos e deveres.

Diz-se de uma prática educacional relativamente nova, mas não se pode deixar de mencionar a relação com o primeiro projeto de ensino público do nosso país, de 1826, que já demonstrava preocupações com a cidadania, pois previa que o aluno deveria ter conhecimentos morais, cívicos e econômicos, que não deixam de ser também objetos de estudo da Educação Fiscal, porém sem o caráter normatizador e doutrinário, característicos da abordagem moralista da época.

Apesar de termos “ultrapassado” essa tendência moralista que inspirou muitas práticas pedagógicas no Brasil, ainda temos um caminho a percorrer, em especial no que se refere ao ensino dos conteúdos de Educação Fiscal, para que o aluno possa se apropriar desses conteúdos, legitimando esses valores em suas ações cotidianas.

Datam das décadas de 1960 e 1970 as primeiras ideias de Educação Fiscal sistematizadas e concretizadas no Brasil em forma de programas educativos, instituídos pelo Ministério da Fazenda, sobre tributos federais e seu retorno social (MOTA, 2009). Contudo, passados mais de 40 anos dessas primeiras experiências, o que se observa na maioria das escolas são ações pontuais, que não constam nos currículos, tampouco nos projetos políticos-pedagógicos das instituições de ensino. Tornam-se atividades aleatórias e abstratas porque não são desenvolvidas de forma sistemática ou planejadas com intencionalidade, nem se busca compreendê-la como tema presente no cotidiano de cada um, porém, como nos demais conteúdos e áreas de conhecimento, não se pode prescindir da reflexão e da experiência, para

evitar, como sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – que os alunos apenas ouçam, repitam e esqueçam.

A Educação Fiscal precisa ter sentido e ser fruto da experiência concreta, deve ser trabalhada de forma que seus conteúdos permitam aos alunos ter uma compreensão da realidade e da sua condição de sujeito histórico. Para tanto, faz-se necessário que seja “incorporada” às diferentes áreas do conhecimento, facilitando um trabalho contínuo e integrado aos demais conteúdos dos componentes curriculares. Não se deve, portanto, compartimentar e isolar os conteúdos de Educação Fiscal, tampouco inseri-los aos currículos sem respeitar as especificidades de cada área.

Esse trabalho requer dos professores e equipes escolares, além de conhecimentos específicos sobre o assunto, mais diálogo e atitudes de cooperação, planejamento individual e coletivo para se definir o quê, quando e de que forma cada professor irá desenvolver essa temática dentro de sua área específica de atuação.

O aluno tem papel ativo nesse processo e por isso deve ter clareza do trabalho a ser realizado, dos objetivos que se pretendem alcançar e do que se espera de cada um. Essa cumplicidade contribui para o envolvimento responsável dos alunos nas atividades propostas pelo professor. Os conteúdos de Educação Fiscal podem e devem ser desenvolvidos, de forma transversal e interdisciplinar em todos os níveis e modalidades de ensino, diferenciando apenas a profundidade, abrangência e a metodologia de trabalho.

Metodologias e estratégias para o trabalho com Educação Fiscal

Para que os conteúdos da Educação Fiscal, de fato, tenham sentido na vida das pessoas e sejam frutos da experiência concreta, faz-se necessário criar oportunidades de aprendizagem a partir de situações vivenciadas pelo aluno no ambiente escolar, familiar e social mais amplo, ou seja, do local para o global. Deve-se buscar uma postura mais reflexiva dos alunos para que estes se compreendam como sujeitos que constroem e reconstróem a sociedade, inclusive financiando todos os bens e serviços que são disponibilizados à população. É necessário que se sintam fazendo parte de um processo mais amplo que exige cumprimento de regras e atitude proativa para saber utilizar bem os seus direitos e cumprir bem com seus deveres, visto que as posturas individuais, positivas ou negativas, causam impactos, trazem consequências também negativas ou positivas para a sociedade.

Há muitas formas de aproximar os conteúdos de Educação Fiscal da vivência dos alunos, ou seja, de contextualizá-los. Para dar um sentido mais prático a determinados conteúdos de Educação Fiscal pode-se explorar os recursos que chegam à escola, como por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, dinheiro da cantina, quando houver, recursos oriundos da Associação de Pais e Mestres – APMs, na qual se pode promover uma discussão para que os alunos entendam melhor a origem e a aplicabilidade desses recursos, podendo, desta forma, valorizar mais o patrimônio escolar.

Incentivar a participação dos alunos em colegiados, como exemplo grêmio estudantil, também se constitui uma boa estratégia para explorar conteúdos como ética, resiliência, cidadania, dentre outros que fazem parte do universo da Educação Fiscal.

Uma questão que se mostra fundamental para a sustentabilidade do programa diz respeito a instigar as secretarias estaduais e municipais de educação e as outras instituições gestoras do PNEF a buscarem relações entre os inúmeros projetos e programas que realizam (municipal, estadual, federal) e a Educação Fiscal, objetivando a realização de trabalhos articulados e a otimização de recursos materiais e de tempo.

De qualquer forma, há inúmeras possibilidades de se desenvolver os conteúdos de Educação Fiscal, e compete particularmente ao professor, eleger a estratégia que seja mais adequada à realidade de seus alunos, ao contexto que está inserido e à abordagem que pretende trabalhar.

Se for uma abordagem mais filosófica, em que os alunos são instigados a refletir sobre as várias correntes de pensamento produzidos pela filosofia ao se trabalhar questões relacionadas à ética, por exemplo, o professor pode optar por:

- Leitura de livros literários, didáticos e pedagógicos para fomentar reflexões sobre as ideias expressas nas obras, buscando interface com Educação Fiscal;
- Leitura, análise e interpretação do Código do Consumidor;
- Pesquisas bibliográficas e na internet, com estudo de texto e resumos ou resenhas do pensamento de grandes autores que abordem a temática;
- Realização de pesquisa, inclusive de campo, sobre o hábito de exigir nota fiscal e sobre fatos que geraram o sentimento de aversão aos tributos e atitudes de sonegação;
- Realização de pesquisa para identificação dos produtos mais consumidos e sua carga tributária;
- Análise de documentos fiscais para identificação dos tributos cobrados;

- Análise da realidade sociopolítica da comunidade local e elaboração, com a comunidade escolar, de um quadro demonstrativo de seus principais problemas, apresentando alternativas que possibilitem melhor qualidade de vida;
- Entrevistas com pessoas da comunidade sobre o grau de satisfação quanto à aplicação do dinheiro público no seu município. Perguntar o que cada um está fazendo para assegurar a boa aplicação dos tributos que pagamos;
- Coleta de dados relacionados à Educação Fiscal em livros, revistas, sítios, material didático do curso on-line em Educação Fiscal;
- Realizar pesquisa e levantamento do número de casas comerciais e indústrias do município/bairro ou comunidade e se essas estão regularizadas com o Fisco e emitem notas fiscais. Apresentar levantamento estatístico.

Se a opção for uma abordagem cognitivista, que privilegia a discussão em torno de questões cotidianas ou analisar fatos e situações, às vezes fictícias, o professor pode lançar mão de:

- Leitura e interpretação de filmes;
- Leitura e análise de depoimentos vivos;
- Leitura de histórias associadas à questão dos tributos e outras temáticas da Educação Fiscal;
- Acompanhamento e controle dos recursos/fontes a serem aplicados: orçamento escolar/familiar;
- Produções teatrais pelos alunos com análise e reflexão;
- Produção de paródias sobre Educação Fiscal;
- Mesas de debates com participações especiais de agentes públicos e dos alunos;
- Visitas a instituições públicas para melhor conhecer o trabalho realizado no município e o retorno social dos tributos;
- Aulas-passeio acompanhadas de discussões sobre situações vivenciadas e realidade local;
- Desenvolvimento de projetos de intervenção em situações indesejadas verificadas pelos alunos;
- Produção de documentários com diferentes propósitos;
- Estudos dirigidos com defesa de ideias em grupo;
- Seminários, debates em grupo sobre a aplicação dos recursos públicos, inclusive da escola, como exemplo, o Fundo Rotativo, recursos do PDDE;
- Criação do Orçamento Participativo Criança;
- Discussão e criação do OCA – Orçamento Criança e Adolescente.

Caso seja uma abordagem mais afetivista, em que por meio de técnicas psicológicas o aluno é estimulado a falar de questões concretas e acontecimentos de suas próprias vidas, ou da vida da comunidade, pode-se utilizar:

- Produções de histórias em quadrinhos e outros gêneros para expor sentimentos e acontecimentos marcantes na comunidade;
- Leitura e reflexão sobre imagens para aguçar a sensibilidade e aflorar sentimentos;
- Leitura e análise de obras de arte, buscando associá-las às situações cotidianas do aluno, e releitura por meio da interpretação plástica.

É importante que todo o conhecimento produzido nos mais diversos espaços de produção ocupados por alunos, professores, pais e comunidade na busca de conhecer os pressupostos da Educação Fiscal e assim conhecer melhor a própria realidade e a realidade sociopolítica da comunidade local, seja colocado à disposição da sociedade como estratégia de intervenção e modificação/transformação das situações indesejadas. Vejam abaixo algumas destas possibilidades de socialização de conhecimentos e experiências:

- Gincanas, focando tarefas relacionadas à solidariedade humana e à solução coletiva de problemas comunitários;
- Feira de cultura, com apresentações artísticas: peças de teatro, exposições fotográficas, música, dança, vídeo, sempre focalizando temas tratados pelo Programa;
- Feiras e exposições visuais e orais;
- Mostras e demonstrações;
- Passeatas da cidadania (com cartazes alusivos ao combate à sonegação e à corrupção);
- Exposições em seminários e painéis de debates;
- Simulações de sessões da Câmara de Vereadores;
- Júri simulado sobre temas polêmicos tratados no Programa;
- Implantação de projetos debatidos e priorizados pela escola e/ou comunidade;
- Sensibilização durante festividades e eventos de relevância para a comunidade/município;
- Realização de blitz educativa como forma de expor resultados de pesquisas por meio de material informativo;
- Oficinas de produção seguidas de apresentação dos trabalhos pela escola;
- Produção de programas ou spots para veiculação em rádios e TV comunitários.

Estas são algumas possibilidades de se trabalhar com os conteúdos de Educação Fiscal numa perspectiva mais humanizada em que alunos, professores e toda a comunidade escolar e local sintam-se envolvidos e comprometidos em desenvolver formas de atuação mais responsáveis e solidárias, capazes de trazer benefícios e melhorias para sua vida e para a vida de sua comunidade.

REFERÊNCIAS

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Terezinha Sandra. *Metodologia do Ensino Na Educação Superior – Organização e Estratégias Pedagógicas*. Curitiba: IBPEX, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas transversais, Ética*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LAKOMY, Maria Ana. *Teorias Cognitivas da Aprendizagem*. 2ª ed. Curitiba: IPBEX, 2008.

MOTA, Luiza Ondina Santos; RIVILLAS, Borja Díaz; VILARDEBÓ, Andréa. Educação fiscal no Brasil e no Mundo. In: *UAN- Universidade Aberta do Nordeste – Ensino a distância. Educação fiscal e cidadania. Fascículo 02*. Ceará: Fundação Demócrito Rocha, 2009.

TRABALHANDO COM PROJETOS NO CONTEXTO DO *CURSO* ***DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL: PONTOS A CONSIDERAR***

Pretende-se com este texto discorrer sobre a necessidade de se desenvolver um projeto no contexto do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal; expor fatores que implicam na obtenção de resultados satisfatórios com o desenvolvimento dos Projetos, bem como apresentar uma estrutura para o desenvolvimento dos projetos de Educação Fiscal. O objetivo não é, portanto, discorrer sobre as inúmeras concepções de projetos ou mesmo sobre as teorias subjacentes ao desenvolvimento do trabalho pedagógico que lança mão da realização de projetos como estratégia de resposta a uma determinada demanda educacional.

As ideias expostas baseiam-se no pensamento de alguns autores como: Jorge Santos Martins (2003), que argumenta sobre as finalidades dos projetos escolares; Ângela B. Kleiman (1999), Silvia E. Moraes (1999), Maria Cecília de Oliveira Micotti (2009), que defendem a ideia da interdisciplinaridade, cooperação, interfaces entre o projeto pedagógico de intervenção e o PPP da escola; Fernando Hernandez (1998), Paulo Freire (1997), que discutem sobre a importância de vincular teoria à prática e sobre as possibilidades que os projetos têm de instigar reflexões sobre a realidade dos sujeitos envolvidos na perspectiva de transformação do contexto sociopolítico.

Com base nesses fundamentos, veremos que há muitos motivos para realização de um projeto de ação, que seja pedagógico e eficiente, particularmente no contexto do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal. Primeiro por ser uma exigência do curso, visto que o projeto faz parte do rol de atividades avaliativas. Além desse motivo, existem muitos outros. Como exemplo, podemos citar:

- Dar retorno à sociedade por meio da aplicabilidade dos conteúdos estudados.
- Intervir em situações indesejadas e resolver problemas da própria escola ou da comunidade local, por meio dos conhecimentos da Educação Fiscal.
- Aprofundar conhecimentos em determinado assunto.

No contexto do Curso de Disseminadores, os projetos podem acontecer em duas dimensões:

- a) *escola*, por meio de seu coletivo, como instituição que centraliza e desenvolve projetos e ações importantes que beneficie a comunidade, mobilizando-se para mudar o seu entorno;

b) *comunidade*, por meio de seus diferentes segmentos, que desenvolvem projetos e ações complementares na escola, como forma de enriquecer o currículo e expressar a responsabilidade social e beneficiar todo o coletivo escolar.

Assim como existem muitos motivos para a realização de projetos pedagógicos no âmbito da Educação Fiscal, tanto da escola para a comunidade, quanto da comunidade para a escola, há também inúmeros fatores a serem considerados. Portanto, existe a necessidade de destacar alguns destes, vistos serem relevantes para o êxito do projeto, quais sejam:

- a) conhecimento da realidade;
- b) interação e compromisso de todos;
- c) um bom planejamento;
- d) clareza de propósitos;
- e) atividades coerentes com os propósitos do projeto;
- f) articulação entre os diferentes atores envolvidos;
- g) interfaces possíveis entre as diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, é imprescindível para o êxito de qualquer projeto que fiquem claros para todos os envolvidos:

- Os objetivos a serem alcançados.
- Os métodos e procedimentos a serem utilizados.
- O que realmente se pretende fazer.
- Quando começar a ação e quanto tempo será preciso para realização.
- Em que local ocorrerá a atividade.
- Quem ficará responsável pelas ações em cada etapa do trabalho a ser realizado.
- Como as atividades serão encadeadas e organizadas para atingir os objetivos propostos.
- Quanto, em termos de recursos, será necessário para o desenvolvimento das ações previstas e quem as financiará.

Para a realização de um projeto consistente e verdadeiramente significativo em que todos se sintam efetivamente envolvidos com a proposta, particularmente se for direcionado ao contexto escolar, é necessário seguir alguns protocolos, como:

- Apresentar a proposta à equipe gestora da escola e verificar sua interface com o Projeto Político-Pedagógico e possibilidade de implementá-la;

- Verificar o elenco de saberes prévios dos alunos a respeito do que se pretende realizar;
- Definir, juntamente com os professores,¹ as novas competências a serem desenvolvidas, de âmbito pessoal, social, produtivo e cognitivo, e as atividades que lhes servirão de suporte;
- Propor atividades coerentes, visando a exploração das interfaces (articulação horizontal) entre as diversos componentes curriculares e atores envolvidos;
- Orientar os alunos a registrar todas as etapas do Projeto por meio de relatórios, fotografias, filmagens, etc.;
- Valorizar e dar visibilidade às atividades desenvolvidas e à participação de todos os envolvidos;
- Avaliar os resultados alcançados para saber se o projeto cumpriu com seus objetivos ou se precisa ser redimensionado.

De acordo com Jorge Santos Martins (2003), precisamos também ter em mente que qualquer projeto escolar deve ter como finalidade:

- a) estudar assuntos que atendam aos interesses dos alunos;
- b) oportunizar aos alunos perceberem os problemas com os quais convivem para refletirem e intervirem nesses eventuais problemas;
- c) promover a interação social de alunos, professores e comunidade;
- d) aplicar conhecimentos escolares, em especial da Educação Fiscal, à vida ou à realidade;
- e) oferecer condições diferentes e originais de aprendizagem às situações vivenciadas pelos alunos.

Todo e qualquer trabalho, em especial no contexto escolar, deve ser avaliado com vistas a verificar os resultados alcançados e se necessário propor mudanças para o alcance dos objetivos estabelecidos. Propõem-se, no caso dos projetos de Educação Fiscal, que este processo ocorra de forma contínua e sistemática, considerando três diferentes enfoques:

- a) *avaliação diagnóstica*, que deve ser realizada antes da execução do projeto, com o intuito de verificar, por exemplo, o elenco de saberes prévios dos alunos a respeito do que se pretende realizar;
- b) *avaliação formativa* deve ocorrer durante toda a execução do projeto e diz respeito ao acompanhamento sistemático para contornar eventuais problemas;

¹ Quando o autor do projeto não é professor. Seria o caso, por exemplo, de um projeto da comunidade para a escola.

c) *avaliação somativa*, após a execução para verificar se as ações atingiram ou não os seus objetivos e se causaram impactos positivos na comunidade escolar e local.

Como vimos até aqui, não é pretensão deste texto conceituar projetos ou discorrer sobre as teorias subjacentes dessa metodologia de trabalho, mas dizer da necessidade e dar algumas orientações para que os cursistas, em especial os professores, desenvolvam projetos consistentes no contexto do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, que atendam as demandas da comunidade envolvida e as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF.

Neste sentido, já ressaltamos alguns bons motivos para o cursista realizar o projeto pedagógico no Curso de Disseminadores, vimos também muitos fatores que concorrem para a realização exitosa dos projetos, formas de avaliação, dentre outros pontos importantes. Veremos agora uma proposta de estrutura para o desenvolvimento dos Projetos de Educação Fiscal, visto que há inúmeras possibilidades, ou seja, não há consenso, uma vez que os teóricos apontam inúmeros caminhos e estruturas diversas para a realização de projetos na área educacional. Propomos, nesta perspectiva, a seguinte estrutura, ou seja, o projeto pode conter: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais.

Elementos pré-textuais

- **Capa** – nome da instituição, título, local e data.
- **Folha de rosto** – nome do(s) autor(es), título, apresentação da pesquisa, local e data.
- **Agradecimento (opcional)** – listar nomes ou instituições que colaboraram com o projeto, pode ser pessoal ou institucional.
- **Dedicatória (opcional)** – citar pessoa ou instituição a qual o autor presta homenagem especial.
- **Epígrafe (opcional)** – citação, letra de música, poema, pensamento, etc., que se relacione com o conteúdo cuja autoria deve ser identificada.
- **Sumário** – organização dos conteúdos no corpo do projeto.

Elementos textuais

- **Introdução/apresentação** – de forma sucinta, cite o que consta no projeto, de forma que seja possível conhecer as informações mais relevantes.
- **Situação problema** – situação que o levou a fazer o projeto.

- **Justificativa** – diga o por quê, exponha os propósitos do projeto.
- **Público-alvo** – diga a quem o projeto se destina, ou seja, quem será diretamente beneficiado.
- **Objetivos** – exponha os resultados que espera alcançar. Por que motivo desenvolverá o projeto?
- **Metodologia** – diga com clareza como as ações planejadas serão desenvolvidas.
- **Embasmamento teórico** – cite o posicionamento dos autores que falam do assunto abordado no projeto.
- **Recursos** – liste todos os recursos: materiais, humanos e financeiros necessários para execução das ações.
- **Cronograma** – determine o período de realização de cada fase ou etapa do projeto.
- **Avaliação** – avalie se os resultados foram ou não alcançados e por quê.

Elementos pós-textuais

- **Referências** – aporte teórico usado para dar base ao projeto. Trabalhe conceitos relacionados ao tema e defina uma linha teórica a ser seguida. Para tanto, cite livros, revistas, sítios, etc.
- **Apêndice** – quando necessário. De autoria própria, são informações complementares.
- **Anexos** – se necessário. Podem ser documentos, fotografias, desde que ligados ao projeto.

Veremos agora, com mais detalhes, alguns destes aspectos:

Problematização

Situação que levou à elaboração do projeto. Vincula-se ao tema proposto e esclarece a dificuldade específica com a qual se defronta e se pretende resolver por meio das ações do projeto, nesse caso, por meio dos conhecimentos de Educação Fiscal.

Com relação à justificativa

Justificar a implementação de um projeto implica dizer, de maneira clara e objetiva, qual a dificuldade ou situação indesejada com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver com o desenvolvimento de um projeto. Procura evidenciar o porquê da realização do projeto, mostrando a viabilidade de execução e a sua relevância para a sociedade, para a área

de estudo (Educação Fiscal), o Curso de Disseminadores e para o crescimento intelectual dos autores do projeto.

Quanto aos objetivos, dividem-se em:

- **Objetivo geral:** como o próprio nome indica é um caminho geral, enunciação clara e concisa dos resultados que se esperam alcançar para resolver o problema.
- **Objetivos específicos:** indica pontos a serem estudados, trabalhados, de forma específica, para se chegar ao objetivo geral.

Metodologia/Situação de Aprendizagem

Constitui um conjunto de métodos, estratégias e procedimentos. Estabelece um plano de ação geral, ordenado e integrado, considerado necessário para empreender um processo de melhoria de uma dada situação-problema, apontando soluções que atendam às necessidades levantadas e mostrando detalhadamente como serão desenvolvidas cada uma das atividades planejadas.

Embasamento teórico/Conteúdo de Educação Fiscal

Tem como objetivo correlacionar a situação-problema com o universo teórico, optando-se por um modelo (autores) que embase a interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados.

Proposição de Monitoramento e Avaliação

Consiste em acompanhar o andamento do projeto, tendo em vista os objetivos propostos e a tomada de medidas corretivas, quando necessário. Para tanto, deverão ser elaborados instrumentos de acompanhamento e avaliação, os quais deverão compor o registro de execução do projeto.

Relatório

Tem a finalidade de dar informações sobre os resultados do projeto para que eles possam alcançar a sua relevância. Deve ter como base a lógica e a precisão e ser expresso em linguagem simples, clara, objetiva, concisa e coerente. A informação deve descrever e explicar, mas não intentar convencer.

Característica do Relatório

- Descrição do problema abordado no projeto.
- Procedimentos adotados: atividades desenvolvidas para solucionar os problemas apontados no projeto.
- Resultados alcançados (com evidências).
- Retorno social para o público envolvido.

Consideramos o relatório um instrumento importantíssimo, que não se deve prescindir, mas existem muitas outras formas de comunicar resultados e dar visibilidade ao trabalho realizado, como propõe Kleiman e Moraes (1999, p. 153), vejamos: “pinturas ou cartazes, maquetes, campanhas de mobilização da escola, feira, livro (...) artigos no mural ou jornal da escola, palestras, cartas à comunidade, noite de autógrafos, notícia no rádio ou TV local”.

Estas foram as considerações que, neste momento, julgamos pertinentes abordar. O assunto é muito abrangente, portanto não se esgota aqui, mas acredita-se que as orientações expostas ao longo do texto sejam capazes de embasar o desenvolvimento de projetos relevantes e em consonâncias com as diretrizes educacionais vigentes e com os pressupostos do Programa Nacional de Educação Fiscal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. *Educação fiscal no contexto social*. 4ª ed. Brasília: ESAF, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LÜCK, Heloísa. *Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

KLEIMAN, Ângela B. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo Redes nos Projetos da Escola/* Ângela B. Kleiman, Silva E Moraes. Campinas: Mercado da Letras, 1999. (Coleção Ideias sobre a linguagem).

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira (Org.). *Leitura e escrita: como aprender com êxito por meio da pedagogia de projetos*. Prefácio de Josette Jolibert. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Jorge Santos. *O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

